

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

LOCAL: um caminho para o desenvolvimento sustentável?¹

Tiago Roberto Alves Teixeira

tiago.porto@hotmail.com

Mestre em Geografia pela UNESP Rio Claro - SP

Resumo

Com a descentralização estatal promovida pela constituição de 1988, se consolidam no Brasil diversas configurações políticas, que por meio de ações isoladas objetivam gerar um desenvolvimento sustentável. Tais configurações são marcadas por diferentes modelos de governança, em que ocorrem parcerias entre o setor público e privado. Nestas parcerias a presença do Estado se faz importante, já que vai fornecer condições, por meio de incentivos, para que o local ou regional possa se desenvolver. Para isso, o setor público passa a investir dinheiro no setor privado. Assim este artigo tem como finalidade levantar alguns questionamentos quanto ao modelo de desenvolvimento aplicado em tais arranjos políticos, o qual tem visto desenvolvimento sustentável unicamente como uma política de promoção de empregos, para tal, utilizando dinheiro público, no entanto, muitas vezes beneficiando somente um determinado grupo social.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Sustentável. Governança.

CONSIDERATIONS ON PUBLIC POLICIES OF LOCAL DEVELOPMENT: a pathway to the sustainable development?

Abstract

With the state decentralization promoted by the constitution of 1988, are consolidated in Brazil several policy settings, through actions that aim to generate a sustainable development. These settings are marked by different models of governance, where there are partnerships between the public and private sector. In these partnerships the state's presence becomes important as it will provide conditions by means of incentives to the local or regional level can develop. For this, the public sector starts to invest money in the private sector. So this article aims to raise some questions about the development model applied in such political arrangements, which is seen as a sustainable development only as a policy to promote employment, to just using public money, in some cases may benefits only a specific group of the general community.

Keywords: Public Politics, Sustainable Development, Governance.

Introdução

Atualmente no Brasil crescem as políticas as quais possuem como lema o desenvolvimento regional, porém não um desenvolvimento qualquer, um desenvolvimento sustentável. Tais políticas surgiram e têm se fortalecido com o suporte estatal, na qual a constituição de 1988, ao tornar os municípios entes federativos, lhes deu liberdade de criar políticas de arrecadação de impostos, assim como de isenção. Portanto vê-se uma descentralização estatal com a constituição de 1988, assim como um rebaixamento de escala das políticas públicas de desenvolvimento, que passam a visar, o local, o regional, e não mais a nação como um todo.

Tais propostas de desenvolvimento têm sido marcadas por políticas mistas público privadas, parcerias que envolvem tanto o setor público quanto o privado. Envolve diversos atores locais como bancos, sindicatos, universidades, escolas, órgãos municipais, estaduais e federais, políticos e empresários. Como exemplo pode-se citar diversas modalidades de governança Territorial identificadas no Estado de São Paulo como: as Câmaras de Desenvolvimento Regional, os Circuitos Turísticos, os Comitês de Bacias Hidrográficas e os Arranjos Produtivos Locais entre outros. Estas modalidades de governança territorial possuem alguns aspectos em comum: são marcadas por parcerias público privadas, têm como objetivo principal o desenvolvimento sustentável, seja local ou regional, e são marcadas pelo ideal da geração de empregos como “carro chefe” para atingir seus objetivos. Característica a qual não deve ser vista como sinônimo de desenvolvimento sustentável, mas sim parte essencial do processo, porém não única.

Estes arranjos políticos contam fortemente com Estado como entidade de suporte para que a economia regional se desenvolva. Para tal diversas ações são tomadas para dar suporte ao suposto desenvolvimento como a criação de cursos técnicos e universitários para gerar mão de obra para o local, isenção de impostos, apoio técnico das universidades, doação de terrenos, pagamento de aluguéis, investimentos em infraestrutura, marketing e eventos turísticos etc.

Em meio a tantos investimentos públicos em prol do setor privado, faz se necessários questionamentos, análises que demonstrem se realmente tem ocorrido um desenvolvimento sustentável nestes locais. Ou se tais políticas têm somente beneficiado um pequeno rol de pessoas, as quais se apropriam do aparato estatal para maximizar seus lucros gerando assim injustiças sociais, já que somente um determinado grupo e determinados locais são

beneficiados com investimentos públicos materializados no espaço. Assim é neste escopo que o respectivo artigo se encontra, objetivando traçar algumas considerações sobre tais políticas quanto ao seu modelo de desenvolvimento.

Descentralização estatal e as políticas de desenvolvimento regional

Atualmente as políticas de desenvolvimento predominantes no Brasil são marcadas pelo ideal de sustentabilidade, e por políticas caracterizadas por parcerias público privadas, resultado das influências do modelo neoliberal no Brasil. Neste capítulo serão discutidos alguns aspectos do sistema capitalista de acumulação flexível, sua relação com a globalização, com o enfraquecimento do Estado quanto às políticas de desenvolvimento, e com as novas estratégias desenvolvimentistas que tem marcado o país principalmente a partir do final da década de 1980. Antes de se discutir sobre a descentralização estatal e as atuais políticas de desenvolvimento, faz-se necessário analisar tais processos em sua gênese, e para tal será traçado uma breve consideração sobre o sistema de acumulação flexível e a globalização.

Com a crise do sistema capitalista fordista em 1970 os ideais liberais começam a ganhar espaço em vários países. Tais ideais tinham com certo que a crise não era problema na demanda, mas sim dos sindicatos que pressionavam excessivamente tanto o Estado quanto as empresas visando melhores condições de vida, desta maneira reduzindo os lucros e aumentando a inflação. A saída da crise seria então romper com os sindicatos, desregular o mercado (financeiro e de trabalho), reduzir as intervenções estatais, prevalecendo assim a livre concorrência. Tais medidas começaram a ser implantadas no Brasil influenciadas pelas propostas elaboradas no Consenso de Washington (o qual foi apoiado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional), o qual estabeleceu diversas medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países periféricos para que se alcançasse a estabilização e o desenvolvimento (PINTO, CARDOSO Jr, LINHARES, 2010; SPECHT, RÜCKERT, BLUME, 2007).

As medidas que deveriam ser tomadas estabelecidas no Consenso de Washington eram: “[...] abertura comercial e financeira, liberalização financeira, liberalização dos preços e salários, liberalização do regime de investimentos, reforma tributária, privatizações, reforma da seguridade social e reformas trabalhistas” (PINTO, CARDOSO Jr, LINHARES, 2010, p.168).

Tais medidas de acordo com Sposito (2004) abriram as portas para que o processo de globalização se intensificasse, marcando um esvaziamento do Estado, o qual passa a ser influenciado, ou até controlado pelas grandes corporações. Milton Santos (2003) afirma que neste processo não há um Estado ausente ou menor, mas sim omissos aos interesses da maioria. Tais mudanças na transformação do sistema capitalista fordista para o de acumulação flexível, o qual buscou impor o modelo neoliberal, produziu transformações tanto nos modos de regulação quanto na estrutura de coordenação do Estado, o qual buscou descentralizar suas funções, conforme afirma Ruckert:

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado; as redefinições da geopolítica clássica que perde seus sentidos originais; a tendência às economias flexíveis e à flexibilização dos lugares, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduzem os Estados do Sul, como um todo e especialmente aos latino-americanos, como o Brasil, a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento (RÜCKERT, 2005, p. 2).

Após a década de 70 (pós-fordismo) muitos discutem a ideia de uma reescala estatal marcada por uma descentralização, causando uma reestruturação institucional, como se pode ver nas palavras do geógrafo Brenner ao afirmar que tem ocorrido “[...] the devolution or decentralisation of regulatory tasks to subnational administrative tiers, coupled with a restructuring of subnational institutional configurations” (BRENNER, 2009, p.43).

Nesta direção Brenner (2009) cria a teoria do Estado Espacial, visando explicar tais processos de mudanças da regulação estatal, a qual pode ser dividida em duas dimensões: Uma no sentido literal, se referindo ao aparato institucional, as formas organizacionais concretas no espaço, as mudanças administrativas, hierarquias urbanas. Outra dimensão se refere ao território-lugar, no qual as instituições estatais regulam as relações sociais e influenciam as geografias locais. Ambas as dimensões interagem produzindo formas específicas do Estado Espacial, este é um produto dos jogos conflituais de estratégias de políticas emergentes e heranças geográficas do Estado Espacial. Formas concebidas por lutas de classes, construídas a partir de formas herdadas do passado contrastando com a busca pelo desenvolvimento futuro. Isto é, a atual forma do aparato estatal institucional materializado no espaço são resultados de um jogo conflitual de políticas recentes e heranças, concebidas pela luta de classes.

Considerações Sobre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: um caminho para o desenvolvimento sustentável?

Tiago Roberto Alves Teixeira

Brenner (2009) discute que tem ocorrido uma reorientação da governança urbana não mais baseada somente na gestão, mas também para uma baseada no empreendedorismo, focando a competitividade com a finalidade de obter um desenvolvimento econômico. Portanto o que vem ocorrendo é uma mudança da espacialidade estatal, a qual pouco tem sido examinada. Um fato concreto desta reescala pode ser vista nas modalidades de governança, Brenner chama este fato de Rescaled Competition State Regimes.

No Brasil tais acontecimentos puderam ser vistos após a constituição de 1988, a qual gerou diversas mudanças, entre elas, nos programas de desenvolvimento, agora marcadas por ações locais e regionais.

De acordo com Rezende (2009) foi somente na década de 1990 que o Brasil foi marcado pela descentralização estatal, face à autonomia dada aos Estados e municípios outorgados pela constituição de 1988. Como visto na citação abaixo.

Sendo neste momento que se intensificam iniciativas isoladas de Estados e municípios no campo do planejamento e da formulação de políticas setoriais, as quais abandonavam uma visão integrada e, ao focalizar o interesse local, fomentavam a competição e o antagonismo na Federação (REZENDE, 2009, p.11 e 12).

Na prática, a constituição de 1988 permitiu que os municípios, como um ente federativo, com autonomia, tivessem poder para legislar sobre determinados assuntos. Podendo estabelecer impostos e tributos municipais, assim como participar na arrecadação de tributos estaduais e federais como 50% imposto territorial rural, 70% operações sobre o ouro, 50% sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, 25% do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, 25% imposto sobre produtos industrializados - IPI e 21% do imposto de renda - IR (PINTO, 2002).

O modelo neoliberal influenciou as políticas socioeconômicas em que o Estado teve o poder diminuído na gestão, conforme visto na citação:

Tal contexto foi propício para que as discussões sobre o desenvolvimento reaparecerem sob nova “roupagem”, agregando diferentes adjetivos ao desenvolvimento como, endógeno, exógeno, sustentável, local, territorial, entre outros (SPECHT, RÜCKERT, BLUME, 2007, p.2).

Com toda esta mudança as palavras de Brenner (2009) se concretizam ocorrendo no Brasil uma reestruturação institucional na regulação local, na qual os municípios juntamente

com o setor privado começam a atuar por meio de políticas locais e regionais, intensificando iniciativas isoladas de Estados e municípios quanto à criação de políticas locais e regionais, conforme seus próprios interesses.

Políticas público privadas: ca(des)minhos para um desenvolvimento sustentável?

Neste capítulo serão discutidos alguns temas referentes às políticas público privadas, as quais possuem como lema central o desenvolvimento sustentável, políticas marcadas pelo empreendedorismo, por investimentos públicos no setor privado, carregando em seus discursos o ideal do pleno emprego.

Com a descentralização estatal, principalmente quanto à tributação, municípios e Estados passam a criar políticas de desenvolvimento locais ou regionais quem tem como ponto central a busca pelo desenvolvimento sustentável. Porém tais políticas em sua maioria têm visto a realização de tal desenvolvimento somente na geração de empregos e qualificação de mão de obra, assim empregando modelos de desenvolvimento que pouco tem de sustentável, sendo que para tal, recebem maciços investimentos públicos tanto em dinheiro quanto em isenção fiscal.

Como exemplo de tais políticas cita-se os Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Setoriais, Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Circuitos Turísticos, Arranjos Produtivos Locais entre outros. Na maior parte tais configurações políticas são caracterizadas por uma governança composta por diferentes atores locais ou não como bancos, sindicatos, políticos, empresários, órgão governamentais e não governamentais entre outros. A ideia aqui fixada é a de que o Estado deixa de ser ator e passa a ser facilitador, mediador entre atores.

Assim deve-se questionar e analisar as ações que têm sido tomadas nestes modelos de governança para se compreender até que ponto tal modelo de desenvolvimento é sustentável ou não.

O termo desenvolvimento sustentável foi empregado pela primeira em 1980, no documento “*How To Save the World*”, elaborado por Robert Allen, como um modelo de desenvolvimento que produzisse um crescimento satisfatório e duradouro da qualidade de vida. No entanto o referido termo vai realmente se estabelecer com o Relatório *Brundtland*, em 1982, elaborado pela Comissão para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas,

Considerações Sobre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: um caminho para o desenvolvimento sustentável?

Tiago Roberto Alves Teixeira

sendo um modelo de desenvolvimento que não se limita à relação homem/natureza, mas também nas questões sociais e econômicas (DE BEM, 2008; DIAS, TOSTES, 2008; MADUREIRA, 2005).

Neste relatório o termo vai ser conceituado como:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

Porém a aplicabilidade de medidas na busca prática da concretização do respectivo conceito vai ganhar espaço somente com a conferência RIO 92, a qual estabeleceu responsabilidades com a Agenda XXI, atribuindo responsabilidades aos países participantes (MADUREIRA, 2005).

Assim pode-se concluir que o desenvolvimento sustentável seria aquele marcado por um desenvolvimento econômico, acompanhado tanto pelo desenvolvimento social quanto pelos cuidados com a natureza. No entanto muitas das políticas locais e regionais marcadas por uma governança mista público privada, que “pregam” o desenvolvimento sustentável, têm visto a implantação de tal modelo, somente como medidas de promoção de empregos, gerando muitas vezes injustiças sociais.

Tal desenvolvimento tem trazido consigo melhorias nos três aspectos apontados acima (social-econômico-natural), ou somente beneficiado uma parcela da população, a qual está envolvido na governança local, assim utilizando os recursos públicos em prol de si mesmos? Como afirmou Poulantzas:

A relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas (POULANTZAS, 1980, p. 36).

Considerações Sobre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: um caminho para o desenvolvimento sustentável?

Tiago Roberto Alves Teixeira

Desta maneira a Constituição de 1988 ao tornar o município um ente federativo autônomo (podendo arrecadar impostos e investir dinheiro diretamente em projetos que lhe interessa) o torna também um “recurso” desejado pelos empresários, que buscam se “apropriar” deste para se desenvolverem e/ou solucionar problemas que possuem em comum.

Assim pode ocorrer nestas configurações de políticas mistas investimentos públicos no setor privado por meio de doações de terrenos, dinheiro ou barracões, empréstimos a baixos juros, criação de escolas e fundações mantidas pelo governo para fornecer mão de obra qualificada às empresas, isenção fiscal etc.

Porém até que ponto é benéfico para a população local que o governo passe a investir dinheiro público em determinadas empresas, e não em outros setores como saúde, educação, transporte e segurança?

Alguns atos legitimados pelo Estado, muitas vezes podem gerar diversos casos de injustiça ambiental, já que as políticas de investimento se concentram em determinados espaços, e para determinados setores, na maior parte favorecendo setores industriais, turísticos privados, por meio de incentivos já citados acima, investimentos justificados pela promessa de empregos.

Este é outro fator que deve ser analisado e questionado, tais políticas, na prática, sustentam a ideia de que o desenvolvimento sustentável tem suas origens na geração de emprego, o que cria uma noção errônea, já que tal conceito vai além de questões puramente econômicas, como discutidas acima.

Tais crenças são disseminadas e publicadas pelos órgãos responsáveis, principalmente públicos, transmitindo a ideia, que remete muitos a pensar que o desenvolvimento sustentável é praticamente sinônimo de geração de empregos, e que deve ser alcançado custe o que custar. Como analisou Pierre Bourdieu ao discutir sobre o conceito de poder simbólico como a capacidade da classe dominante de impor classificações e significados como legítimos, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais (do Estado, da escola, do partido, da ordem, da mídia etc.), possibilitando-os exercer poder, com o consentimento da maioria. (CAPPELLE, MELLO, BRITO, 2005).

Porém ao mesmo tempo em que empregos são gerados, graças ao suporte estatal, empresas recebem incentivos fiscais que deveriam ser arrecadados e investidos no bem comum da população, principalmente por meio das políticas fiscais distributivas, podendo muitas vezes criar situações de insustentabilidade fiscal.

Considerações Sobre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: um caminho para o desenvolvimento sustentável?

Tiago Roberto Alves Teixeira

Como exemplo de tal característica citada acima, cita-se o caso de Baltimore na década de 1980, nos EUA. Baltimore recebeu bilhões de dólares do setor público buscando a geração de empregos e um desenvolvimento local. Conseqüentemente empregos foram gerados, porém não foram o caminho para o um desenvolvimento sustentável já que gerou empregos de qualidade duvidosa, por exemplo, a maioria dos empregados não eram sindicalizados, possuíam pouquíssimos benefícios e sem planos de carreira, a maioria dos empregos de meio período eram para posições como garçons, cozinheiros e encarregados de limpeza os quais ganhavam cerca de 15 mil dólares anuais. Os hotéis foram os que mais receberam subsídios e os que pagavam os piores salários. Outro problema que pode ser citado está relacionado com a sustentabilidade fiscal em que o retorno recebido do setor privado para o público era menor que os investimentos dados, o que prejudicou a população em geral ao beneficiar uma parcela, os empresários. Neste caso devido às isenções de impostos dados para muitas empresas, a arrecadação fiscal caiu consideravelmente, comprometendo a política fiscal distributiva. Muitos investimentos públicos no setor privado deixaram de ser investidos principalmente na educação, por isso muitos autores consideram o período como da geração perdida, já que as taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e criminalidade cresceram como nunca (LEVINE, 2000).

Esta situação demonstra o quadro apontado por Poulantzas apud Harvey (2005) ao afirmar que o poder do Estado pode ter toda a aparência de autonomia diante das classes dominantes, ao mesmo tempo em que expressa a unidade do poder de classe, em que o interesse da classe dominante se transforma num interesse geral ou comum, porém ilusório. Exercício do poder para o interesse de uma classe afirmando ser para o bem de todos.

Assim pode-se analisar, muitas vezes, algumas modalidades de governança da seguinte forma: os políticos que possuem a aparência de autonomia, quanto aos empresários, na verdade criam benefícios com suas medidas, projetos, programas e leis, isto ao mesmo tempo em que iludem a população em geral afirmando ser tais políticas a favor destes, sob o ideal da geração de empregos, como essência do desenvolvimento sustentável.

Tal característica aponta para uma problemática que vai analisar tais políticas como modelo de desenvolvimento que pouco tem de sustentável, já que prioriza na maioria das vezes a dimensão econômica, desconsiderando questões sociais, gerando assim quadros de injustiças sociais praticadas pela classe dominante e legitimadas pelo Estado. Como afirma Harvey (2005) que analisa o Estado como instrumento capitalista para as grandes empresas, se tornando cada vez mais subordinado ao capital. O autor discorre que esta subordinação se

Considerações Sobre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: um caminho para o desenvolvimento sustentável?

Tiago Roberto Alves Teixeira

materializada através de atos governamentais como regulação da competição, legislações que beneficiam os capitalistas em relação a salários e condições de trabalho, infraestrutura social e física (importantes para a maximização do lucro, pois se os capitalistas tivessem que investir em infraestrutura o lucro diminuiria sendo assim se utiliza do poder Estatal e do dinheiro da população para se beneficiarem e não em prol do povo). O Estado passa a ser um pilar de sustentação para o desenvolvimento de uma determinada classe social, se submetendo aos interesses desta.

Poulantzas (1980) destaca que o interesse da burguesia pelo controle do Estado existe, pois o Estado não considera as lutas de classe, como se não houvesse, ao invés de considerar as lutas de classes leva em conta interesses econômicos diferentes, de indivíduos particulares. Desta maneira se oculta à divisão de classes, a classe trabalhadora é isolada e afastada do poder político e o interesse da classe dominante é aceito como senso comum.

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo (POULANTZAS, 1980, p. 213).

Sendo assim o Estado capitalista se apresenta como representante do interesse geral da população podendo dar uma passo para trás contra seus interesses para posteriormente dar dois passos rumo aos seus interesses.

A grande maioria das pesquisas sobre os tais configurações políticas buscam enaltecer e exaltá-los, como um meio de produzir solidariedade, desenvolvimento e distribuição de renda, no entanto fazem-se necessárias análises mais críticas sobre o tema.

Considerações finais

As políticas de desenvolvimento regional, as quais na maioria afirmam ter como objetivo o desenvolvimento sustentável, tem como plano de ação medidas que buscam resultar majoritariamente no crescimento da oferta de empregos. Porém ao discutir-se tal conceito percebe-se que para ocorrer tal desenvolvimento, o crescimento deveria acontecer não somente na dimensão econômica, mas também social e natural.

O aumento no número de empregos em um local se faz importante, porém deve-se analisar se os benefícios gerados pelos investimentos públicos no setor privado realmente

Considerações Sobre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: um caminho para o desenvolvimento sustentável?

Tiago Roberto Alves Teixeira

compensam o investimento. Sabe-se que muitos dos empregos surgem caracterizados por baixíssimos salários, marcados pela informalidade, pelas elevadas horas de trabalho, porém sem o pagamento de horas extras, trabalhadores submetidos a péssimas condições de segurança entre outros, por isso os índices do crescimento do número de empregos em um determinado local não podem ser o único parâmetro de análise quanto ao desenvolvimento sustentável desta área.

Em muitos casos o investimento público no setor privado beneficia somente uma pequena parcela, a classe dominante, a qual se apropria dos recursos estatais e utilizam em prol de si mesmas, para maximizar seus lucros, ações as quais são legitimadas pela ideia de promoção de empregos. Esta situação aponta para um quadro crítico, no qual somente um determinado grupo, ou uma determinada área (local onde os empresários que recebem incentivos se concentram, ou vendem seus produtos) são beneficiados pelas políticas públicas enquanto as áreas mais pobres sofrem para conseguir mínimas melhorias.

Nesta direção faz-se necessário uma maior participação da população nestas modalidades de governança, visando influenciar as tomadas de decisões, fiscalizar os gastos e demandar medidas em prol da população em geral e não somente de um grupo específico.

Vale ressaltar que na pauta destas modalidades de governança pouco se tem discutido sobre desenvolvimento sustentável, apesar de aparecerem até mesmo no nome de muitos programas de desenvolvimento local. Assim temas importantes ao desenvolvimento sustentável, relacionados principalmente à questão ambiental das localidades em que as indústrias estão inseridas são basicamente ignorados, demonstrando certa carência conceitual quanto ao título de alguns programas de desenvolvimento ou quanto ao plano de ações e objetivos.

Espera-se que o presente artigo possa de alguma forma contribuir para os estudos sobre governança e desenvolvimento sustentável. O presente trabalho buscou somente traçar uma breve análise sobre uma importante problemática que muitas vezes tem sido ignorada no meio acadêmico, ou seja, a emergência de políticas de desenvolvimento regional no Brasil, políticas as quais apregoam o desenvolvimento sustentável, mas na verdade visam unicamente o crescimento econômico de um determinado grupo social (e conseqüentemente a geração de emprego), ignorando questões ambientais.

Nota

¹Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Referências

BRENNER, Neil. Urban Governance and the Production of New State Spaces in Western Europe, 1960–2000. In Arts, Bas; Lagendijk Arnould; Houtum, Henk van. **The Disoriented State: shifts in governmentality, territoriality and governance**. Edited by Spring. 2009.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum: Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; BRITO, Mozar José de. **Relações de Poder Segundo Bourdieu e Foucault: Uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005. Disponível em <[http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43936/2/Artigo%209%20\(05.196\).pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43936/2/Artigo%209%20(05.196).pdf)>. Acesso dia 25/10/2011.

DE BEM, Patrícia Peters Tetto. **Minimização do Efluente Gerado em Pré-tratamento de Pintura Automotiva: Um Caso Industrial**. Dissertação apresentada como requisito para obter o título de mestre em engenharia mecânica do curso de mestrado em engenharia mecânica da universidade federal do Paraná, na área de concentração fenômenos de transporte e mecânica dos fluidos. Curitiba. 2008. Disponível em <http://www.pgmecc.ufpr.br/dissertacoes/dissertacao_097_patricia_tetto_de_bem.pdf>. Acesso dia 25/10/2011.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, José Glauco Ribeiro. Desenvolvimento Sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde. **Revista Sociedade Brasileira de Geografia**. Volume 2 – Número 2. 2008. Disponível em <http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Artigos_arquivos/GUILHERME_artigo_SBG.pdf>. Acesso dia 12/10/2011.

HARVEY, David. **A Produção do Espaço Capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

PINTO, Eduardo Costa; CARDOSO Jr., José Celso; LINHARES, Paulo de Tarso. **Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento**. Livro 9. Volume 3. Brasília: IPEA. 2010.

LEVINE, M.V. “A Third-World City in the First World”: social exclusion, race inequality, and sustainable development in baltimore. In: **The Social Sustainability of Cities: diversity and the Management of Change**. Edited by Mario Polese and Richard Stern. Toronto: Toronto University Press, 2000.

MADUREIRA, H. **Paisagem Urbana e Desenvolvimento Sustentável: apontamentos sobre uma estreita relação entre geografia, desenvolvimento sustentável e forma urbana**. Associação de Geógrafos Portugueses. 2005. Disponível em <http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/062.pdf>. Acesso dia 01/11/2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **A crise do Estado**. Braga/Portugal: Moraes Editores, 1979.

PINTO, Georges José. Município, Descentralização e Democratização do Governo. **Revista online do Programa de pós-graduação em geografia - Caminhos de Geografia** 3(6), Jun/2002. Disponível em <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10538.pdf>>. Acesso dia 1/11/2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora São Paulo: Ática. 1993.

REZENDE, F. **Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução**. CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. 2009. Disponível em <<http://www.eclac.cl/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/9/36379/LCBRSR205FernandoRezende.pdf>>. Acesso dia 25/10/2011.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. O Processo de Reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: BRASIL. **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 31-39. Disponível em <<http://empreende.org.br/pdf/Estado/O%20processo%20de%20reforma%20do%20Estado%20e%20a%20pol%C3%ADtica.pdf>>. Acesso dia 25/10/2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SPECHT, Suzimary; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo, BLUME, Roni. A Trajetória das Políticas de Desenvolvimento no Brasil: do Estado desenvolvimentista ao desenvolvimento territorial. **XLV Congresso da SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro"**. Londrina. 2007. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1084.pdf>>. Acessado dia 20/10/2011.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.